

Depois de audiência no IFMA, servidores serão realocados até reformas pontuais serem efetivadas

Após reunião com os servidores (as) do Departamento de Assuntos Estudantis – DAE e da Biblioteca Tebyreçá de Oliveira, do IFMA Campus Monte Castelo, quando foram constatados problemas graves de infraestrutura nas dependências dos dois setores, a Direção do Sindsep/MA solicitou audiência com o prefeito do Campus, o que aconteceu na manhã de hoje 25.

Na oportunidade foram constatados graves problemas estruturais e de insalubridade para os trabalhadores, inclusive com goteiras e fiações elétricas danificadas.

Por conta disso e para mitigar os efeitos danosos à saúde dos trabalhadores(as) e dos(as) estudantes, o prefeito do Campus Monte Castelo, Washington Luís Santos Silva, reconhecendo a gravidade do problema acordou com os trabalhadores e com a direção do Sindicato realocar todos os funcionários dos setores até que as reformas necessárias sejam efetivadas.

Durante a reunião ficou acertado ainda que o Sindicato irá formalizar a solicitação de providências por parte da instituição sobre a questão de infraestrutura e insalubridade.

A direção do Sindicato entende que a falta de compromisso do governo Bolsonaro com a Educação é uma das razões do sucateamento das Universidades Públicas e dos Institutos Federais, mas não é aceitável que trabalhadores (as) e estudantes corram riscos de saúde e sejam obrigados a conviver em ambientes insalubres e perigosos.

“O sucateamento dos órgãos públicos é uma prática usual desse governo, todavia nós não aceitaremos calados que nossos colegas de trabalho tenham que adoecer para realizar seu trabalho”, disse João Carlos Mar-



tins, servidor do IFMA e presidente do Sindsep/MA.

Ao fim do encontro ficou acertado uma nova reunião para a próxima semana, desta vez, com a direção geral do IFMA Campus Monte Castelo, quando serão finalizadas as tratativas. Participaram da reunião de hoje além do presidente João Carlos, o vice-presidente, Raimundo Pereira, a diretora de Administração, Patrimônio e Finanças, Erionilde Piedade e a diretora de Políticas Sociais, Políticas Públicas, Raça, Etnia e de Gênero, Cleonice Rocha.

Pressão tira de pauta a PEC de cobrança em universidades públicas

Mais uma vez ficou comprovado que só com a mobilização de todas e todos os trabalhadores conseguiremos deter o desmonte dos serviços públicos no Brasil.

O governo federal mais uma vez tentou privatizar as Universidades Públicas e Institutos Federais através da aprovação na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Federal a PEC 206/2019, de autoria do deputado bolsonarista General Peternelli (União-SP) e relatada pelo deputado Kim Kataguiri (União-SP).

Após muito protesto nas redes sociais e de forma presencial no Congresso Nacional, a CCJ

aprovou requerimento da deputada Maria do Rosário (PT/RS) exigindo a realização de pelo menos mais uma Audiência Pública antes da votação na CCJ da PEC que institui a cobrança de mensalidades em Universidades Públicas e Institutos Federais.

Com a medida, a votação que estava marcada para ontem, 24 foi adiada por tempo indeterminado.

A mobilização e pressão contra mais essa tentativa de desmonte precisa continuar para que essa PEC desastrosa seja retirada de pauta e arquivada definitivamente.

“Não podemos aceitar que esse governo defensor do obscu-



rantismo continue a destruir nossos serviços públicos. Temos que continuar lutando por um país mais justo e igualitário para todos, para tanto as Universidades Públicas e Institutos Federais cumprem um papel fundamental”, disse João Carlos Martins, Servidor do IFMA e presidente do Sindsep/MA.



Representantes dos administrativos do MTP reúnem-se com o Ministro

Em reunião entre o ministro do Trabalho e Previdência, José Carlos de Oliveira, e os representantes da CONDESEF/FENADSEF, FENASPS, CNTSS e SINDSEF-SP na última terça-feira, 24, foram discutidas as reivindicações dos servidores do órgão.

Na oportunidade foram feitas as tratativas para a elaboração e posterior aprovação de proposta de Plano Especial da Carreira para os Servidores Administrativos do MTP-PECMTP, a ser encaminhada à Casa Civil até o dia 31/05/2022. Após os debates, foi apresentado pelo ministério uma minuta de acordo para finalização da greve contendo 8 pontos.

Dentre os pontos acordados estão que não haverá qualquer desconto salarial dos servidores por adesão às paralisações e greves; a compensação das paralisações e greve será realizada por meio da reposição da demanda reprimida durante o período.

Ficou definido ainda que também não haverá quaisquer

anotações ou registros nos prontuários funcionais dos servidores que aderiram ao movimento paradedista.

Na oportunidade ficou definido ainda que será constituído o Grupo Permanente de Tratamento das Condições de Trabalho - GPCOT, com a participação de ativos e aposentados do MTP, sendo seis membros efetivos e seis suplentes eleitos pela assembleia nacional, para compor a Comissão Nacional de Negociação dos Servidores Administrativos, mais um representante e suplente de cada uma das seguintes entidades: FENASPS, CONDESEF/FENADSEF, CNTSS, SINDSEF-SP e SINAIT.

O GPCOT terá como atribuições tratar de temas, tais como: os desdobramentos do Acordo da Greve de 2022, a pauta de reivindicações dos servidores do MTP, o encaminhamento de questões relacionadas às condições de trabalho, processos de trabalho, saúde e segurança dos servidores e outros temas que guardem relação com as atividades funcionais, sistema re-

muneratório da categoria representada e demais encaminhamentos que visem o fortalecimento do órgão.

“Nós fomos obrigados a paralisar nossas atividades para que o governo pudesse ouvir nossas reivindicações. Já estamos há quase sete anos sem qualquer reajuste e com a inflação na casa de dois dígitos o poder de compra de nossos salários estão completamente defasados e não temos mais como arcar com nossos compromissos”, disse Marcelo Rodrigues, servidor do Ministério do Trabalho e Previdência.

Essa é mais uma vitória dos trabalhadores e do empenho dos seus representantes sindicais, que com coragem enfrentaram as ameaças e o descaso do governo com a categoria.

“O Sindsep/MA sempre estará junto com os trabalhadores. Nossa luta é por melhores condições de trabalho e pela valorização da categoria”, disse João Carlos Martins, presidente do Sindsep/MA.